

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.457.714 - SP (2019/0054623-5)

RELATOR : **MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES**
AGRAVANTE : **NILSON FRACASSO**
ADVOGADO : **WILSON YOICHI TAKAHASHI - PR006666**
ADVOGADOS : **THAIS TAKAHASHI - PR034202**
 ARIELTON TADEU ABIA DE OLIVEIRA - SP307035
 ANA PAULA CAVALCANTE SBIZERA DASSISTI - SP381169
 ANTONIO CARLOS BERNARDINO NARENTE - SP307034
AGRAVADO : **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

DECISÃO

O Superior Tribunal de Justiça, nos autos do Recurso Especial 1.788.404/PR e do Recurso Especial 1.674.221/SP, ambos de Relatoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, por intermédio de votação eletrônica realizada pela Primeira Seção, em 12/3/2019, submeteu ao rito do recurso especial repetitivo a questão referente à possibilidade de concessão de aposentadoria por idade híbrida prevista no art. 48, § 3º, da Lei 8.213/1991, mediante o cômputo de período de trabalho rural remoto exercido antes de 1991, sem necessidade de recolhimento, ainda que haja comprovação de atividade rural no período imediatamente anterior ao requerimento administrativo.

A admissão de recurso especial como representativo da controvérsia impõe que os recursos interpostos na Corte de origem, que tratem da mesma questão central, fiquem suspensos até o pronunciamento definitivo deste Tribunal. Posteriormente, tais recursos devem ser apreciados na forma prevista nos artigos 1.039 e 1.040 do CPC/2015.

Assim, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com baixa da distribuição, para que, após publicados os acórdãos relativos aos recursos representativos da controvérsia, o recurso especial: 1) tenha seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça; (ou) 2) seja novamente examinado pelo Tribunal de origem, na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator